

## **32º Encontro Anual da ANPOCS**

**GT: Transformações sociais e projetos políticos em  
concorrência: reflexões a partir do "rural"**

**Nº: 41**

**Título do trabalho: Saber e Cooperação, Conhecimento Produtivo  
em núcleos de produção rural e agrícola: um estudo de caso do  
sistema SAI Módulo Araraquara<sup>1</sup>.**

**Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Trata-se de projeto de Pós-doutorado desenvolvido junto ao Departamento de Sociologia da UNESP/FFC/Ar, com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, sob o título: “Capacitação Rural: o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara”.

<sup>2</sup> Pesquisador, Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação e Departamento de Sociologia da UNESP/FFCL/Ar, com projeto financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo da pesquisa é entender os conteúdos e a aplicação do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado, projeto piloto implantado no Estado de São Paulo no ano de 1998. O recorte de estudo se refere ao “Modulo de Araraquara”, e, portanto, aos dezenove municípios envolvidos, dentro das chamadas cadeias produtivas, estabelecidas pelo SEBRAE para a região. Visamos desenvolver á pesquisa inseridos em GT: Grupo Temático já constituído, porém dinamizando as atividades do mesmo.

Pretendemos entender, mapear e debater a estrutura de funcionamento do SAI/SEBRAE, privilegiando uma das suas linhas de atuação que é a produção e difusão do conhecimento na forma de capacitação profissional em nível de excelência.

Os fatores e características internas da relação entre produção e difusão do conhecimento, bem como os investimentos setoriais, políticas de acesso ao crédito, planejamento, vocação produtiva e institucionalismo, permitem pensar o tema da capacitação profissional rural ou agroindustrial pela ótica tanto de “novos espaços produtivos” e de mercado, quanto do tipo de serviço disponibilizado pelo programa inserido na linha SEBRAE.

Temos ainda como objetivo identificar potenciais produtivos locais, redes de cooperação produtiva e nichos de subalternidades e informalidades inseridas ou não no mercado. A avaliação dos resultados será elaborada dentro de grupo de pesquisa, relacionando o recorte individual da investigação com sínteses elaboradas pelo grupo. O teste dos resultados pressupõe a elaboração tanto de um banco de dados e informações sobre os programas e as experiências produtivas dos municípios envolvidos, quanto uma proposta metodológica de avaliação a partir dos resultados de pesquisa.

## **CONTEXTO DA PESQUISA**

A região de Araraquara historicamente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto é destacada como uma região de vocação agrária<sup>3</sup>. Apesar da forte presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar e da laranja, a região é apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (1995), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires.

Segundo dados do SEBRAE (SEBRAE, 2006), o Estado de São Paulo possui 1,3 milhões de micro e pequenas empresas, sendo que o setor agropecuário, ou agroindustrial, representa uma fatia de 14% deste total. Dentro do setor compreendido como agroindustrial ou agropecuário as micro e pequenas empresas estão distribuídas em: hortaliças e legumes 45%, pecuária 39%, cereais 32%, frutas cítricas 23%, café 12%, cana-de-açúcar 9%, uva 3%, soja 2%, outros produtos temporários 34%, outras frutas 27%.

Atentos a esta mesma vocação agrícola da região, ou a presença marcante de pequenos e médios núcleos produtivos é que o SEBRAE, via Programa SAI, definiu linhas prioritárias de investimentos por cadeias produtivas: leite, apicultura, orgânicos, fruticultura, avicultura, mandioca e ovinocultura. O maior número de pequenas e micro empresas agroindustriais do Estado de São Paulo estão concentradas nos segmentos: milho, laranja, café e cana-de-açúcar, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1996 elaborados pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Micro empresas. (Pesquisa Econômica SEBRAE, 2000).

Segundo Vilckas e Nantes, (2005) quando analisam o planejamento e gestão da produção e escoamento na agricultura familiar apontam que os produtores têm grande dificuldade para gerir e administrar seus negócios, devido à “falta de conhecimento e ausência de informação”. Tais colocações sintetizam bem a preocupação do SEBRAE sobre a inserção produtiva e de mercado dos pequenos e médios negócios. Ocorre que o SEBRAE não promove cursos de qualificação profissional da maneira que estes são concebidos pela tradição sindical, pelo estado, ou pela estrutura pública de qualificação profissional. A proposta do SEBRAE

---

<sup>3</sup> Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.

partindo da perspectiva de apóio e fomento às pequenas empresas, na verdade discute e promove a capacitação profissional via uma perspectiva “empreendedora”, (VEIGA, 2005). A proposta è capacitar o pequeno e médio proprietário rural, para que este se “torne” um pequeno e médio empresário, ou empreendedor rural por meio, principalmente, da informação e do conhecimento.

É importante notar que o Sebrae tenta alcançar padrões internacionais de excelência. Ele adota o ideal de ser uma organização voltada para a geração de conhecimento em níveis de excelência, com uma posição de vanguarda mundial. Esse conhecimento deve ser disseminado de tal maneira que “contribua para o desenvolvimento econômico e social do país”. (ADDIS e GOMES, 2001, p. 355).

O histórico da própria formação do SEBRAE está intimamente ligado aos pequenos empreendimentos industriais. O crescimento do setor agroindustrial (MULLER, 1989), ou mesmo rural, mesclando experiências produtivas diversas, fez com que o liame, que separava a produção industrial daquela agrícola, se transformasse. O SEBRAE atualmente possui uma linha específica de atuação voltada para o setor agroindustrial, chamada SAI - Sistema Agroindustrial Integrado. Trata-se de programa desenvolvido em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e com o CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que na região de Araraquara desde a sua implantação abrange dezenove municípios<sup>4</sup>. Em linhas gerais, o programa se insere dentro da filosofia e linha de atuação do SEBRAE, que visa apoiar e dar suporte técnico e profissional aos micro e pequenos empreendimentos.

No ano de 1997 o SEBRAE cria a metodologia do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado que è desenvolvida inicialmente na região de Votuporanga no ano de 1998. Os resultados obtidos nos quinze municípios inicialmente envolvidos levaram o SEBRAE/SP a aperfeiçoar e desenvolver este sistema em outras tantas regiões do Estado de São Paulo. O SAI propõe e disponibiliza linhas de assessoria técnica e gerencial, assessoria administrativa de forma sistematizada por meio da informação em planejamento tecnológico, organização da produção, mercado e comercialização, (SEBRAE/SP, 2006). São, portanto, ações voltadas para a capacitação ao mesmo tempo produtiva e profissional.

---

<sup>4</sup> . Os municípios envolvidos: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

No caso de Araraquara, foram atendidos até agora, ainda segundo dados do SEBRAE, (2006), cerca de 300 produtores diretos. Dentre estes particularmente criadores de aves e ovinos, produtores de leite, mel, manga, limão, laranja, palmito, pêssego, mandioca e hortaliças em geral. Também linhas mais específicas como de orgânicos, ou em cadeias mais definidas como a de Tabatinga que já conta com um modelo de APL – Arranjos Produtivos Locais, bastante definido.

Segundo dados do SEBRAE (2006), o segmento produtivo compreendido como de pequenos e médios negócios representa 20% do PIB – Produto Interno Bruto Nacional, gerando cerca de 14 milhões de emprego, ou então 60% do emprego formal do país. Segundo o instituto, representa cerca de 99% das empresas criadas no país a cada ano. Soma-se a este, um outro fator marcante que se constitui em preocupação geral do SEBRAE, conforme aponta Soares (2005), que são os altos índices de informalidade verificados principalmente neste setor dos pequenos e médios empreendimentos. Este fenômeno é atribuído principalmente às dificuldades dos pequenos e médios empreendedores em responderem a uma burocracia criada e voltada para os grandes investimentos produtivos. Visando corrigir esta lógica, tem-se a recém aprovada pelo Senado Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, apelidada de “super simples” que nasceu como anteprojeto em 2003, e se constituiu desde então numa bandeira de luta do SEBRAE.

A região de Araraquara, particularmente no tocante á forma de desenvolvimento rural praticada, pode revelar pontos importantes para pensar o desenvolvimento agroindustrial das pequenas e médias empresas agrícolas. Becattini e Zorini (2003) apontam que áreas heterogêneas tanto econômicas quanto culturalmente e que apresentam disparidades e conflitos de interesses, podem fazer, dependendo da relação e das redes institucionais de dependências criadas, com que tais conflitos, sejam colocados favoravelmente ao desenvolvimento da região. Segundo estes autores, a interdependência de fenômenos culturais, sociais e econômicos é mais importante que a identificação precipitada da homogeneidade ou heterogeneidade de dada região. Ainda, segundo Becattini (1998), ao analisar algumas experiências italianas, aponta que existe um misto de cooperação e competição que faz com que as empresas se utilizem os espaços abertos pelos grandes aglomerados produtivos, principalmente no tocante a inserção de mercado; Por sua vez, os grandes aglomerados, se utilizariam do conhecimento gerado pelas pequenas empresas.

O trabalho proposto neste projeto de Pós-doutoramento tem como objetivo, pesquisar, conceber e entender o chamado Programa SAI – Sistema Agroindustrial Integrado. Tais ações são concebidas no projeto como programas de capacitação ou qualificação “empreendedora”. (VEIGA, 2005). Por iniciativa empreendedora, entendemos as ações coordenadas, compreendidas no ato de criar, ou empreender um negócio. Trata-se da iniciativa individual ou de um grupo de pessoas em criar alternativas produtivas viáveis, ou então buscando viabilizá-las comercialmente pelo mercado constituído ou em formação.

Buscaremos entender e debater este tipo de capacitação e formação profissional, destacando a produção do conhecimento e acesso ao conhecimento produzido. Admitindo que tais alternativas produtivas devam ser viabilizadas pelo mercado sob a ótica de pequenos empreendimentos, haveremos de conceber um mercado em formação que valoriza e transforma este tipo de atividade. A palavra chave do SEBRAE è “capacitação”: Capacitar o proprietário para que este se “transforme” em pequeno e médio empreendedor rural inserido no mercado. Dentre os conteúdos destes cursos e programas podemos identificar esta capacitação, ou seja, a pratica deste programa de capacitar proposto pelo SEBRAE, como investimento em formação e capacitação profissional, através, principalmente da informação, do conhecimento e do acesso a estes. A proposta do SEBRAE, e assim do Programa SAI não é, por exemplo, disponibilizar créditos, mas sim informar e capacitar o produtor para ter acesso a este.

O problema de pesquisa colocado se refere, portanto, a origem, criação, desenvolvimento e difusão deste conhecimento valorizado pelo mercado como capital, ou condição *sine qua non*, de inserção produtiva. Trata-se, portanto, da forma que este conhecimento é produzido e transformado constante e ininterruptamente. Quem produz, e como é produzido e transformado este conhecimento, ou como este conhecimento existente (produzido e transformado) se relaciona com o acesso e difusão do mesmo. O estudo pode revelar ainda a seguinte situação: aberturas ininterruptas da produção e acesso, possibilitando a transformação constante; ou então reprodução de “módulos de conhecimento constituídos”.

Estas novas experiências produtivas para as quais o programa SAI se volta, são mediadas não simplesmente para o mercado, mas para a própria “construção de mercado”. Este mercado necessariamente passa por condicionantes de valores sociais. A origem, difusão e uso do conhecimento é condição necessária de inserção produtiva e profissional, (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003). Produção e acesso ao conhecimento significam estar e ser inserido como produtor. Pela ótica do SEBRAE, deter conhecimento significa ser proprietário de

meios de produção, e, ao mesmo tempo, executor do trabalho. Ou então, o conhecimento produtivo, antes de ser privatizado, sua produção e transformação pertence “antes” aos agentes produtivos ou trabalhadores, (BAGNASCO, 2001). No período de hegemonia industrial o conhecimento necessário á produção é apropriado privativamente por meio de alguns mecanismos. O mais conhecido manual de expropriação do saber é a gestão da organização do trabalho de Taylor. Neste sentido, mediante o fluxo de reorganização produtiva em que a produção cada vez mais é deslocada temporal e fisicamente (COCCO, URANI e GALVÃO, 1999), pensamos que os mecanismos de expropriação e privatização do conhecimento podem tanto existir quanto terem sido reestruturados, conforme apontam Esposti (2004), ou mesmo Fonte, (2004), que mesmo discordando do primeiro sobre a relação desta apropriação, admite que ela exista de maneira reformada.

## **BASE TEÓRICA E FUNDAMENTAÇÃO CIENTÍFICA**

A emergência destes negócios para os quais o SEBRAE e o sistema SAI estão voltados concentra conhecimento e capacidade produtiva em rede de pequenas e médias empresas apontando para uma nova institucionalidade e para a definição de novos espaços produtivos, conforme apontam Urani, Cocco e Galvão (1999). Todavia, no tocante ao debate sobre modo de produção, falamos em “brechas” ou “fendas” do sistema. Tendo como base tanto a literatura internacional, Bagnasco, (1988), Becattini (1998), e Rullani, (1998), quanto ás experiências produtivas cada vez mais localizadas quer no Brasil, como aponta Eli da Veiga (2005), ou em se tratando de emergências produtivas de países centrais, conforme aponta Rusco e Paba (1997). Verificamos nestes casos a valorização de novas atividades produtivas uma vez que são distintas do velho modelo industrial de consumo de massa, valorizando o conhecimento como principal fator tanto da produção quanto do produto, (BECATTINI, ZORINI, 2003). Verificamos nestes casos a predominância de argumentos construídos a partir de pesquisas que detectam a superação de um tipo de organização do trabalho, desenvolvimento, e formação de parque produtivo. Conclusões obviamente embasadas em elementos díspares. Muitos autores falam de fato numa substituição de sistemas produtivos, como Coriat (1993), ou numa perspectiva “neofordista”, com elementos de continuidade como Watanabe (1993). Na nossa investigação, trabalhamos com a constatação empírica destes

novos “espaços” produtivos. Espaços produtivos já constituídos ou em vias de constituição e reconhecimento institucional, e que interessantemente não visam afrontar ou ameaçar nem o modelo hegemônico do grande mercado, e nem mesmo iniciativas localizadas e setoriais como o caso dos produtos orgânicos. Este tipo de organização produtiva relaciona uma série de fatores favoráveis que podem ser lidos, como *commons-based peer-to-peer production*, (FONTES, 2004) ou, um sistema que apesar de não ser destinado a substituir os outros, se apresenta como superior a eles na medida em que se sustenta fundamentalmente na alocação de conhecimento e criatividade humana, (FONTES, 2004).

Exemplos consolidados que têm servido como referências no tocante as discussões sobre estas novas formas produtivas, lembramos os casos da Alemanha nas regiões da Baviera e do *Baden Whüttemberg*, Na França o *Sentier*; Nos EUA do *Silicon Valley* e no caso italiano com destaque para duas regiões, *Vêneto* e *Emilia Romagna*, estes últimos discutidos sobre a ótica do modelo “distrital”, ou dos distritos industriais italianos<sup>5</sup>. Sobre todos estes casos existe vasta literatura disponível, atribuindo o sucesso produtivo localizado como altamente dependente da capacidade de mobilização e uso do conhecimento, (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003).

Um apoio teórico central pelo qual passam a maioria dos estudiosos destas novas experiências produtiva, são os já clássicos escritos de Piore e Sabel, (1984), que apontam às possibilidades de expansão destas novas empresas contextualizadas dentro de um novo mercado. Em *The Second Industrial Divide*, (1984), os autores observam a existência duma forte tendência das pequenas e médias empresas aglomeradas, aproveitando de todos os benefícios e requisitos das grandes empresas se expandirem chegando até a “ameaçar” o sucesso dos grandes aglomerados produtivos que apresentam pouca cooperação e alto grau de disputa ou concorrência.

O modelo de desenvolvimento das grandes empresas que passaram por um profundo processo de desverticalização a partir da década de oitenta, abriu espaço para as pequenas

---

<sup>5</sup> - Ainda que o fenômeno dos distritos industriais italianos seja bastante conhecido e corrente na literatura específica vale ponderar que se trata de um tipo de organização produtiva dentro da perspectiva de desenvolvimento local que “explodiu” na Itália do pós-guerra, com especial atenção para o norte de país, e em regiões que não passaram por processo acentuado de industrialização (grande indústria). O que os teóricos sobre os distritos buscam argumentar é que a resposta à crise produtiva pela qual passava a Itália veio de regiões pouco, ou com baixa taxa de industrialização. Para melhor definir os distritos industriais (DI s) concordamos com Becattini (1999), segundo o qual os DI s podem ser entendidos como sendo um grande complexo produtivo, em que a coordenação e o controle do seu funcionamento independem de regras pré-estabelecidas, projetos, e mecanismos hierárquicos. São construídos e submetidos num mesmo momento ao jogo do mercado e a validação



empresas, tanto complementarem a cadeia de produção, conforme pondera Pochmann (2006), quanto abrem espaço para um novo modelo produtivo assentado em novas demandas de consumo, que só as pequenas empresas com seu conhecimento – *savoir-faire* pode realizar. Negri e Hardt (2006) apontam neste sentido:

Começa a surgir, por exemplo, uma forma pós fordista de produção agrícola que se caracteriza por este tipo de mudança tecnológica. A modernização agrícola escorou-se fortemente em tecnologias mecânicas, do trator soviético aos sistemas californianos de irrigação, mas a pós modernização agrícola desenvolve inovações biológicas e bioquímicas, paralelamente a sistemas especializados de produção, como as estufas, a iluminação artificial e a agricultura sem solo. Essas novas técnicas e tecnologias tendem a afastar a produção agrícola da produção em larga escala, facultando operações mais especializadas em pequena escala (NEGRI e HARDT, 2005: p. 155).

Um ponto comum destes argumentos é a concentração dos aglomerados produtivos geralmente em pequenas empresas, formando um ambiente institucional nos territórios. Este ambiente dos territórios produtivos (BECATTINI, 2001) se constitui num “local” de cooperação produtiva e difusão do conhecimento.

O SEBRAE trabalha o desenvolvimento e capacitação, particularmente, pela ótica das APLs – Arranjos Produtivos Locais. Trata-se da confluência, organização e interdependência de uma série de fatores sociais e econômicos, geralmente tidos como institucionais e que propiciam tanto a criação, quanto o desenvolvimento destes aglomerados produtivos. (SEBRAE, 2006)

Para o nosso estudo sobre o programa SAI/SEBRAE, o importante è observar que em todos estes casos, verificados e apontados dentro do vetor de um novo mercado ou economia, existe o fator central da capacitação ou qualificação como conhecimento. (GLOTZ, 1999). Um conhecimento que tem valor em si (GORZ, 2003), e que para sua validação e difusão deve sempre haver cooperação (NEGRI, 2006), ou então, um misto equilibrado entre disputa e cooperação (COCCO, URANI e GALVÃO, 2003), que, muitas vezes è dado pelo próprio mercado. O mercado neste caso aparece como sendo uma rede privilegiada de troca (CASTELLS, 1999) que qualifica e valida a produção. Admitindo o conhecimento ou, o “valor do conhecimento”, (GORZ, 2003), como valor em si, portanto como principal força produtiva,

---

e legitimação por parte da sociedade. Um conjunto de pequenas e médias empresas que aproveita o ambiente institucional e do fluxo em rede criado pelos aglomerados locais.

(RULLANI, 1994) teremos de conceber a capacitação profissional como investimento, e não mais como mera política compensatória. Neste caso o conhecimento em si é uma mercadoria colocada à prova (validação) pelo mercado (LAZZARATO e NEGRI, 1998).

O sistema SAI/SEBRAE é um terreno frutífero para estudar este tipo de transformação uma vez que sua principal atuação e conteúdos programáticos investem pontualmente no conhecimento, como a principal força produtiva. Particularmente no tocante a um tipo de capacitação profissional que seja validado pelo mercado, e que, portanto se constitua em si em força produtiva e ao mesmo tempo em desenvolvimento e investimento em criação de tecido produtivo, uma vez que não dissocia trabalho dos meios necessários para sua execução, (GORZ, 2003). As pequenas empresas, como se sabe, sempre têm como desafio construir estratégias de uso e aprimoramento de inovações. Tais inovações consistem em conhecimento em sentido amplo, tanto de como produzir e competir, quanto de gerenciamento e gestão do negócio, acesso às políticas de crédito etc.

Em se tratando de pequenos e médios empreendimentos rurais ou agrícolas, buscamos trabalhar com o conhecimento desenvolvido no meio rural, ou, “um sistema local de desenvolvimento rural”:

(...) um sistema local de desenvolvimento rural, pode ser definido como um sistema local de desenvolvimento, no qual o ambiente social e econômico é caracterizado ao mesmo tempo por atividades de produções e valorizações de recursos naturais renováveis que tem uma base territorial e que constituem o núcleo fundamental do conhecimento contextual do mesmo sistema, (ROMANO, 1998).<sup>6</sup>

Portanto, o sistema local de desenvolvimento rural é particularizado na produção e uso do conhecimento. O conhecimento integrado do desenvolvimento rural voltado para cristalização produtiva e valorização de um tipo de conhecimento em si mesmo.

O estudo do programa SAI permite, entender a genealogia deste tipo de saber, que aqui chamamos, usando a terminologia francesa, *savoir-faire*<sup>7</sup>, que significa um conhecimento, ou tipo de conhecimento, criado, reproduzido e modificado pelo que entendemos como

---

<sup>6</sup> - Tradução nossa.

<sup>7</sup> . O termo em francês indica um tipo de saber completamente distinto daquele valorizado pela sociedade industrial e pelo uso e contenção da técnica. Portanto trata-se de um tipo de conhecimento completamente diferente daquele “criado” especificamente para a resolução de um problema em específico. Trata-se de um conhecimento em movimento e, portanto em completa mutação, e que é digamos assim, de propriedade intelectual da sociedade, ou da coletividade que o mobiliza constantemente. Em resumo, de propriedade daquele que pode mobilizar este tipo de conhecimento. Um conhecimento que por sua vez, apenas se aprende fazendo, ou no curso da vida.

conhecimento rural, ou típico das sociedades rurais, (VEIGA, 2005). Ou então, como *condition paysanne* (DE BENEDICTIS, 2004), usando a terminologia para designar um tipo de conhecimento atribuído às sociedades rurais italiana. Conhecimento tido como uma espécie de “saber comum” (NEGRI e HARDT, 2005). É este mesmo saber comum que notoriamente, conforme apontam Santana, Souza e Deluiz, (1999) passa a ser valorizado pelo circuito de mercado, dando resposta à crise da sociedade de massas.

Bagnasco (2001) aponta que a interação entre a estrutura urbana e rural dentro dum dado contexto italiano, foi capaz tanto de suplantar esta separação, quanto, aproveitando estas experiências, construir um novo ambiente produtivo.

Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietária de pequenos lotes de terra, *en fermage* ou *en métayage*. Essa família forneceu ao mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, as vezes, uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável a expansão da pequena empresa foi o que um economista designou “campo urbanizado. (Bagnasco, 2001, p. 38)

O SEBRAE via programa SAI estaria criando e proporcionando um ambiente institucional de interação propício ao desenvolvimento de uma nova forma de produzir e de inserção no mundo produtivo e do trabalho. Ativando assim a relação entre uma série de fatores (saberes), antes tidos como separados, tal o caso das dimensões rural e urbana conforme eram concebidas no passado.

Para se ter uma idéia do sucesso do programa, em 1999, período, digamos ainda de experimentação, o SAI era implantado em 147 municípios; Em 2004 já estava presente em 643 municípios e mais de trinta regiões. (SEBRAE, 2006). Uma ação recente do programa SAI foi estabelecer linhas de atuação dentro de áreas metropolitanas como a de São Paulo, uma vez que a avaliação do SEBRAE è que dentro destas regiões existem atividades, muitas das quais informais, com forte predominância agroindustrial.

Em principio, este tipo de saber, sugere, uma espécie de retorno ao velho modo de produção artesanal, conforme sustentam Santana, Souza e Deluiz (1999), que viriam, ou

retornariam como resposta à crise da sociedade de massa. Todavia, este “saber fazer”, que normalmente na tradição italiana è tido como criação genuinamente “*contadina*”, ou artesanal Rullani (1994), não è um tipo de saber estático, e que se reproduz como tal. Este tipo de saber está em transformação constante e interage com o que Esposti (2004) chama de “diversos saberes” que, digamos assim, “se necessitam”. Estudar a genealogia destes “saberes” bem como suas vias de acesso e difusão, nós remete ao terreno comum do conhecimento, ou conhecimento produtivo. (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003). Comum no sentido da sua experimentação, ou seja, da sua validação e contaminação como construção de locais ou territórios produtivos, (LAZZARATO e NEGRI, 1998). Um saber, neste sentido que apenas tem “valor”, como “valor do conhecimento” em si, como força produtiva, conforme apontam Rullani (1994), ou mesmo Gorz (2003), na medida em que há ação de troca e cooperação.

A troca e cooperação pela via do mercado ou não, sugerem o estudo do sistema SAI, como um programa que investe e disponibiliza um tipo de capacitação profissional que busca captar, codificar e disponibilizar este tipo de saber. Sugere, portanto, a relação e a contaminação entre economia e sociedade, ou, entre sociedade e mercado de forma interdependente. Como, ou de que forma, a construção de valores econômicos passa necessariamente pela mediação social. Os conteúdos das políticas e cursos do SAI, possibilitam entender a contaminação entre sociedade e mercado, lembrando Abramovay, (2006) que escreve sobre os interessantes estudos de Louch e diMaggio (1998), e que inevitavelmente nos remete as colocações clássicas de Weber em *Economia e Sociedade*.

Um exemplo para entender esta relação de um tipo de saber rural, que se transforma em agroindustrial, è dado por Negri (2006) ao colocar a discussão sobre as sementes geneticamente modificadas. A semente, sua adequação ao solo, clima, período, etc., sempre foi modificada pelo processo de experimentação típico da atividade rural praticada pelo camponês, ocasião em que estaríamos diante deste tipo de saber apontado como *savoir-faire*. Trata-se de um tipo de trabalho, que não apenas envolve conhecimento, mas que è em si conhecimento, validado pelos sucessos e insucessos da experimentação ao longo do tempo. O que estas novas experiências produtivas apontam é que este tipo de conhecimento –*savoir faire* - interage com outros, (ESPOSTI, 2004) se transformando mutuamente e gerando o que se entende por conhecimento produtivo.

Lesser e Krattiger (1994) conceituam separadamente dois tipos essenciais de “saber”, ao analisarem a biodiversidade na tecnologia genética. Um primeiro tipo que diz respeito ao

patrimônio de conhecimento acumulado, portanto codificado; Outro, ligado ao conhecimento “de conteúdo” que não necessariamente precisa do primeiro. Este segundo tipo de conhecimento colocado por estes autores existe com ou sem a possibilidade de comunicação com o primeiro tipo de saber. Todavia, é a comunicação entre eles que caracteriza a atual produção de saber produtivo. O primeiro está mais ligado ao conceito de *savoir faire*, o segundo ao desenvolvimento técnico e científico.

Autores como Dibiaggio (2002), ou ainda, o estudo de Esposti (2004) sobre produção, difusão e acesso ao conhecimento biotecnológico, revelam pontos de discussão interessante. Estes autores buscam aplicar a teoria *General Purpose Technologies* (MAGGIONI, MERLZONI, 2002) no âmbito agrícola, revelando os mecanismos e formas que as grandes empresas e aglomerados produtivos se apropriam e privatizam o conhecimento agrícola produzido socialmente. Também, como o acesso ao conhecimento socialmente produzido é “controlado” pelas grandes corporações, ou como estas manipulam o acesso. Estamos diante, segundo colocação de Esposti (2004) de várias e distintas formas de conhecimento, cabendo considerar como elas se relacionam. A relação entre elas, ou o que este autor chama de “sistema do conhecimento”, ou ainda “gestão do sistema do conhecimento”, define tanto a origem quanto a transformação e acesso a este mesmo conhecimento.

Mas como aponta Becattini e Zorini (2003), que falam em sistema produtivo local, quando além de elementos de ordem mais econômica, como competitividade, cooperação, e desenvolvimento técnico científico, estão necessariamente relacionados outros fatores e características institucionais como cultura, moral, contexto local, vocação e conhecimento. Portanto, entendemos por conhecimento produtivo a capacidade de mobilizar e inter-relacionar uma série de fatores capazes de recuperar e alterar conforme necessidades, habilidades díspares que são validadas pelo mercado e pela sociedade. É neste sentido que o entendimento de capital social, ou melhor, capital social rural, proposto por Abramovay (2000) é central para pensarmos as propostas e programas de capacitação que pretendemos estudar. Os fatores que confluem para a formação do capital social de um determinado território são de ordem tanto geográficos, portanto materiais, quanto de ordem altamente subjetiva podendo, por assim dizer, criar e desenvolver “territórios em rede”. A territorialidade, a distância física e os meios de comunicação são importantes, mas não determinantes, uma vez que “o sistema de relações em rede” pode vir a suprir estas diferenças. Portanto, formando, uma espécie de “territórios do conhecimento”. (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003).

## **OBJETIVOS GERAIS DO ESTUDO**

Pretendemos com este estudo entender e contribuir com o debate sobre as políticas de capacitação profissional, formação de parque produtivo, trabalho e renda a partir do estudo do Programa SAI – SEBRAE, “módulo de Araraquara”. Para o estudo de caso utilizamos ampla literatura internacional, principalmente aquela italiana. Colocamos nosso problema de pesquisa dentro das transformações que vem ocorrendo nos países centrais e em particular dentro da Comunidade Européia.

O mapeamento e questionamento localizado de experiências institucionais como esta realizada pelo SEBRAE/SP via SAI, pensamos, contribui com o debate mais amplo sobre o tema. Os fatores internos, como políticas de crédito e acesso ao crédito, estratégias gerenciais e de mercado, e particularmente o acesso à informação e a qualificação de potencial humano permitem entender e contribuir com o debate acerca da definição de novos espaços produtivos rurais.

O primeiro objetivo geral é, portanto, estudar e entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP por meio de todas as suas ações, programas e propostas executadas para as várias cadeias produtivas estabelecidas no âmbito do projeto. Tais ações analisadas como “capacitação” são compreendidas dentro do que se entende por “empreendedorismo rural”. A proposta de estudo se refere ao caso específico da região de Araraquara, compreendendo os dezenove municípios envolvidos já no primeiro módulo e buscando abranger outros que porventura venham a integrar o programa.

O estudo visa traçar um mapeamento completo da aplicação do programa em todos os municípios atendidos por aquele escritório regional do SEBRAE. Visamos ainda discutir o programa na sua concepção, ocasião em que abriremos o debate com outros módulos dentro do Estado de São Paulo.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTUDO**

Citamos assim como objetivos específicos do projeto:

- Integração da pesquisa, debate e resultados no GT – Grupo Temático: Trabalho e Trabalhadores.
- Levantamento e síntese de informações para elaboração de uma proposta metodológica de avaliação de resultados sobre programas de capacitação voltados para os pequenos e médios produtores rurais.
- Descrição e mapeamento completo da experiência SAI SEBRAE/SP nos dezenove municípios envolvidos no “módulo Araraquara”, a partir da elaboração de um “banco de dados”.
- Detectar os empreendimentos existentes em cada um destes municípios que fazem parte do Programa SAI.
- Elaborar um indicador sobre vocação produtiva rural e informalidade tomando separadamente cada um dos dezenove municípios envolvidos no Programa SAI.
- Disponibilizar imediatamente os resultados de pesquisa a serem propostos na forma de disciplina, curso, ou seminário temático dentro do grupo, e Programa de Pós Graduação.

### **MATERIAL E MÉTODOS TRABALHADOS**

A proposta è que os resultados sejam, na forma da “pesquisa-ação” (THIOLLEN, 1985) testada constantemente. Portanto, as informações e bases de dados extraídas tanto do SEBRAE e do SAI, quanto de outros órgãos, serão confrontadas com a experiência dos agentes produtivos, ou nos pequenos e médios núcleos de produção. Em princípio não há separação temporal entre levantamento bibliográfico, entrevistas, pesquisa de campo, dentre outros procedimentos. Ao que pensamos cada uma destas etapas deverão ser realizadas na medida em que o objeto e o problema de pesquisa sugerir e exigir.

Uma orientação básica da pesquisa é a utilização e incorporação de conhecimentos prévios adquiridos no curso da nossa formação profissional; Também, as experiências que sem deixarem de ser “profissionais” na acepção do termo, muitas vezes são relegado para o âmbito pessoal ou privado. Dentre estas cito a formação pessoal do pesquisador dentro deste ambiente rural. Ainda, trabalhos desenvolvidos junto aos trabalhadores rurais e nos núcleos de pequena

produção, além de fatores de ordem mais subjetivas e gerais como a simpatia e envolvimento com o tema.

Enquanto recorte empírico pretendemos construir um “banco de dados” que permita uma quantificação da investigação. Para tanto projetamos uma primeira enquête exploratória. Pensamos detectar algumas variáveis pertinentes que nos servirão para a confecção de perguntas para um questionário que seria aplicado a um universo a ser definido. Poderíamos então conformar um diagnóstico próximo da “realidade” pesquisada.

Temos como proposta metodológica para a realização da pesquisa a socialização e o confronto dos resultados discutidos dentro de grupo de pesquisa já existente, no intuito inclusive de dinamizar a produção do mesmo. Ainda, disponibilizar as referências teóricas e bibliográficas na qual a pesquisa se orienta na forma de curso temático.

Outra orientação encontra-se no conceito de “pesquisa-ação” (THIOLLENT, 1985). A investigação, metodologia e resultados sendo propostos, discutidos e confrontados coletivamente no intuito da compreensão, mas também de propostas, soluções e ações concretas junto ao grupo de agentes para a qual o estudo está voltado.

Valemo-nos também de material recolhido nos últimos anos, bibliografias, e sínteses de trabalhos de investigação realizados nalgumas instituições, agencias e centros de formação profissional agrícola que visitamos e pesquisamos na região da Emilia-Romagna entre 2006/2007, dentre outros estudos realizados no Vêneto entre 2003/2004, ambos na Itália. Neste ultimo período realizamos pesquisa de campo junto a sindicatos, cooperativas agrícolas e associações e Câmaras de Comercio, que trabalharam com o tema da qualificação profissional rural. Soma-se a este estagio realizado na cidade de Bologna a vivencia junto aos pequenos produtores rurais da chamada “*bassa pianura Padana*”.

Também, resultados e sínteses de pesquisa elaborada durante o período da realização do nosso doutorado, com a tese: *Qualificação Profissional no Campo e Sindicatos, entre Estado, capital e trabalho: um estudo de caso na região de Ribeirão Preto*. Soma-se a este trabalho o montante de entrevistas e documentos coletados durante o período, com sindicalistas, diretores de federações, institutos, SEBRAE, SERT/SENAR, trabalhadores, pesquisadores, dentre outros.

Quanto às fontes de pesquisa, além da bibliografia sobre o tema priorizamos aquelas mais específicas sobre o Programa SAI. Na medida em que forem sendo identificadas políticas



de parcerias com sindicatos e outras associações, buscaremos informações também destas fontes.

Com relação à caracterização do que vem a ser pequeno e médio empreendimento rural, em princípio adotamos a metodologia do próprio SEBRAE. Por pequenos e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais, o SEBRAE considera o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra, pequenas empresas, SEBRAE (2006). Adotamos esta metodologia como possibilidade de questioná-la durante ou no final da pesquisa, haja vista que estudamos a aplicação geral do programa SAI Módulo Araraquara.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O teste dos resultados está orientado entre as políticas e programas do sistema: SAI, sua efetiva execução, com relação às mudanças produtivas e profissionais a partir do momento da sua aplicação. Ou seja, a orientação central para a análise dos resultados é realizada mediante verificação do cumprimento dos programas propostos, objetivos atingidos e resultados periféricos que os programas não conseguiram identificar e atender.

Os objetivos da pesquisa aparecem como orientação estrutural básica de análise dos resultados. Entender o programa e sua aplicação na região de estudo, mapear todas as experiências do programa fazendo uma relação entre elas, e a partir de então elaborarmos os primeiros resultados.

Pensamos que esta forma de análise permite detectar as principais características, como vocação produtiva, ambiente institucional, difusão do conhecimento via programas aplicados e pós sua aplicação. Portanto as experiências de cada um dos municípios envolvidos no programa são entendidas, digamos, de forma isolada, para depois serem relacionadas dentro do grupo dos dezenove municípios envolvidos.

Tais programas são entendidos na sua totalidade uma vez que conhecimento e as políticas de acesso a este, são orientações básicas sobre as quais eles se apoiam. Sendo assim, todos os elementos como as diferentes cadeias produtivas, módulos, aplicação, etc., serão considerados dentro de cada caso em específico.

Tomamos, portanto, cada município como uma espécie de “micro totalidade” e cada programa aplicado dentro deste município como singular dentro desta. Fazendo isso com os dezenove municípios e com todos os programas aplicados a eles, consideramos este grupo dentro do chamado “Módulo Araraquara”, ou seja, dentro do Programa SAI aplicada a esta região.

Esta forma de análise dos resultados, pensamos, permite que, partindo de resultados, digamos, ou concretos ou empíricos, que por si só já se constituem em resultados, uma vez levados para o interior do grupo de estudo, possibilite avaliações distintas capazes de fechar com uma “síntese do Grupo”.

A proposta final após passarmos por estas etapas é da construção, também esta elaborada no interior do grupo, de uma metodologia de análise e avaliação que permita revelar as principais características que possibilitam o sucesso ou fracasso de programas como este do SAI, voltados para a produção e difusão de um conhecimento, ou conhecimento produtivo com nível de excelência.

Por fim, a proposta do trabalho consiste ainda na viabilização de publicações dos resultados da pesquisa pelo grupo. Estas seguem a orientação de uso dos dados e informações levantados, da elaboração de resultados, preservando recortes e ênfases individuais de interesse de membros do grupo.

## CONCLUSÕES

Em 2007 o SAI passou por processo de reestruturação e reorganização principalmente no tocante a metodologia do programa. Em 2008 passa a vigorar o “novo” SAI, trazendo inovações, mas principalmente correção no tocante à concepção e aplicação dos programas de capacitação.

A primeira delas, e que antecede a própria reestruturação do programa, é que o agora chamado “Escritório Centro São Paulo”, abarca a antiga região dos dezenove municípios que compunham o antigo “Módulo Araraquara”, juntamente com os municípios da cidade e entorno de São Carlos.

No tocante as inovações o SAI buscou trabalhar com o que julga terem sido as deficiências do Programa Piloto na região. A capacitação das chamadas “falhas do programa” foi feita junto ao público atendido. Dentre elas destacamos: Primeiro o atendimento voltado para grupos de produtores em diferentes fases: de formação, em processo de consolidação, e aqueles já consolidados. Isso, dado que entendem que cada uma destas situações merece programas e ênfases distintas e diferenciadas. Fator que não estava previsto no módulo anterior.

Outro ponto é no tocante ao atendimento, que deve se restringir ou priorizar as chamadas “cadeias produtivas”. A avaliação neste caso é que a relação custo benefícios não surtiu os resultados esperados. Ou seja, quando o grupo de produtores atendidos, por questão meramente física (alocado em regiões e/ou municípios diferentes), ou então por diferentes motivos, não se constitui em grupo inter-relacionado, tanto as demandas acabam sendo muito isoladas e individualizadas quanto os resultados dos programas de capacitação acabam sendo insuficientes, geralmente por falta de aplicação. No tocante a este ponto, como se sabe, dentre os objetivos do SAI, tem-se como prioritário fomentar cooperação e associação entre os membros do grupo de produtores, e, dos grupos entre si no âmbito da “cadeia produtiva”.

Outro ponto diz respeito a capacitação dos consultores e técnicos. Uma das falhas detectadas no nosso estudo, é que em alguns casos, ou muitas vezes, os técnicos e consultores eram alocados segundo critérios que não atendiam as reais necessidades dos produtores, ou então não levando em conta o *savoir-faire* destes produtores. Ou em outras palavras, consultores e técnicos que após um rápido contato com módulos “apostilados”, iam a campo, como nos dizeres de alguns dos nossos entrevistados: “ensinar á produzir, aqueles que desde sempre estavam neste processo de experimento e aperfeiçoamento”. Este é um dos pontos centrais de interesse da nossa pesquisa, pois perseguimos justamente esta interação e troca de saberes e conhecimento.

Ainda, se a falta de confiança no programa, muitas vezes devia-se a este fator da “qualificação do técnico e consultor”, por outro lado, a interrupção dos programas em desenvolvimento por motivo geralmente de reformulação de políticas de convênios e parcerias, prejudicava o andamento, além de gerar desconfiança no tocante ao acompanhamento do projeto. Este ponto também foi resolvido no novo programa, que prevê o caráter ininterrupto de um programa iniciado ou em andamento.

## REFERÊNCIAS E CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada, São Paulo, v. IV, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. *O Mercado na Sociedade e a Sociedade no Mercado*, Jornal Valor Econômico, (?), 27 nov. 2006.

ADDIS, C. GOMES, R. E. *Um outro lado da liberalização: impactos sociais transformadores do Apóio do Sebrae às micro e pequenas empresas*, GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. , (Org.), São Paulo, Ed, Senac, 2001.

BAGNASCO, A. *La Construzione sociale del Mercato*. Studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia. Bologna, Il Mulino, 1988.

BAGNASCO, A. *Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa*, COCCO, G. URANI, A. GALVÃO, A. P. (Org.), Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.

BECATTINI, G. *Distretti Industriali e Made in Italy*, Torino, Bolati-Boringhieri, 1998.

BECATTINI, G. e ZORINI, O. L. *Identità Locali rurali e globalizzazione*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: " La Questione Agraria" , Franco Angeli – Milano, 2003.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

COCCO, G. URANI, A. GALVÃO, A. P. *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*, Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.

COCCO, G. GALVÃO, A. SILVA, G. (org.) *Capitalismo Cognitivo. Trabalho, redes, inovação*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

CORIAT, B. *Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto*, In HIRATA, H. (org.) *Sobre o Modelo Japonês*, São Paulo, EDUSP/Aliança Cultural Brasil Japão, 1993. (p. 79-91)

DE BENEDICTIS, M, *Il Contadino e il Latifondo. Una rivisitazione*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli – Milano ,2004.

DIBIAGGIO, L. *Knowledge Organization and Firms Specialisation in Biotechnology*, Paper presentd at the Druid Conference, Copenhagen, 6-8, june 2002.

DIMAGGIO P. e LOUCH, H. W. *Socially Embedded Consumer Transactions: For What Kinds of Purchases do People Use Networks Most?* *American Sociological Review* (October), 1998, 619-37.

ESPOSTI, R. *Complementarità, coordinamento e problemi di anticommons nell'innovazione biotecnologica*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli – Milano ,2004.

FONTE, M. *Proprietà intellettuale e dominio pubblico: il caso delle agrobiotecnologie*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli – Milano, 2004.

GLOTZ. P. *Die Beschleunigte Gesellschaft. Kultukämpfe im digitalen Kapitalismus*, Kindler, München, 1999.

GORZ, A. *L Immateriale: conoscenza, valore e capitale*, Torino, Bollati Boringhieri, 2003.  
Informativo da Cidade - INFOCIDADES, acesso:  
<http://www.infocidades.com.br/index.php?id=687>, acesso em 30 ago. 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acesso: <http://www.ibge.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA acesso: <http://www.ipea.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acesso:

<http://www5.prosiga.br/basesdedados/asp/BuscaExtraBV.asp?id=port&extra=4&valor=Minist%EArios>, acesso 30 ago. 2006.

LAZZARATO, M. e NEGRI, A. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2001.

LESSER, W. H. e KRATTIGER, A. F. *Wat is Genetic Technology? Biodiversity Letters*, 02, 1994.

MAGGIONI M. A, MERZONI, G. *L economia politica e la nuova economia: fondamenti analitici e paradigmi interpretativi*, in Prosperetti, L. (a cura di), *La New Economy aspetti analitici e implicazioni di politica economica*, Il Mulino, Bologna, 2002.

MONIE, F. SILVA, G. (org.) *A mobilização Produtiva dos Territórios: Instituições e Logística do Desenvolvimento Local*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MULLER, G. *Complexos Agroindustriais e Modernização Agrária*, São Paulo, Hucitec, 1989.

PIORE, M e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*, New York: Basic Books, 1984.

POCHMANN. M. *O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, São Paulo, Boitempo, 2001.

KRATTIGER, A. F. “Public-Private Partnerships for Efficient Proprietary Biotech Management and Transfer, and Increased Private Sector Investments”, IP, Strategy Today, 4, 2002, <http://www.biodevelopments.org/>

ROMANO, D. *I Sistemi Locali di sviluppo rurale (SLsr)*, in Cnel, L'agricoltura tra locale e globale, Rapporto, 1998.

RULLANI, E. *Il Postfordismo: Idee per il capitalismo prossimo venturo*. Milano, Etas, 1998.

RULLANI, E., “Il valore della conoscenza”, (?), *Economia e politica industriale*, 1994.

RULLANI E., “*Sistemi produttivi locali in Europa: tra governance e competitività*”, *Sviluppo locale*, 2002.

SAPIA, R. *Distritos italianos, la globalización del local: trabajo y calificación profesional*, In: Competitiveness and development in Europe and Latin America: learning from experience, Venic – Italy, Ca Foscari University, 2004.

Serviço Brasileiro de Apóio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, setor de Capacitação, acesso: <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp> , acesso 30 ag. 2006.

Serviço Brasileiro de Apóio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE – *Termos de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais*, 2003 site: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>, acesso 02 jan. 2007.

Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD , Portal do Governo do Estado de São Paulo, acesso: <http://www.seade.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.

SOARES, P. *Empresa Informal tem 1/4 dos trabalhadores*, Folha de São Paulo, 20 de maio 2005, Dinheiro – B 01.

SOUZA, D. B, SANTANA, M. A. E DELUIZ, N. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Quartet & Comunicações, 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*, Cortez, São Paulo, 1985.

VEIGA, J. E. *Do Global ao Local*, Campinas – SP, Armazém do Ipê, 2005.

VILCKAS. M, e NANTES, J. F. D. *Planejamento das Atividades Produtivas na agricultura familiar*, In SOUZA F. e BATALHA, M. O (org.), São Carlos, - SP, Ed. EDUFSCAR, 2005.